

LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO

Funcionários e
professores reagem
às demissões

*
O primeiro Consun
depois da intervenção

Comunidade lota o Tuca e exige: Não à intervenção! Reitora, rasgue a lista de demissões!

Funcionários, professores e estudantes lotaram o Tuca na sexta-feira, 16/2, no ato que lançou o Fórum Permanente de Mobilização.

A semana foi marcada pela desinformação. Na sexta-feira, 10/2, a Fundação São Paulo passou a intervir de fato na administração da universidade: um segundo padre, João Júlio, foi nomeado por Dom Claudio Hummes para compor a secretaria executiva da Fundação, ao lado do também padre Rodolpho Pazzolo. Juntos, os dois sobrepõem-se à reitora Maura Vêras, que originalmente ocuparia sozinha o cargo.

A partir daí, uma onda de boatos dava conta de listas de demissões que estariam sendo elaboradas tanto pela Reitoria como pela Fundação.

Na quinta-feira, 16/2, os vice-reitores comunitários e acadêmicos, mais o chefe de gabinete Guilherme Simões, comunicaram oficialmente que até a manhã de sexta-feira seriam divulgadas listas de demissões. Segundo Guilherme, essas listas atingiriam mais 90 professores e um número ainda indeterminado de funcionários. Essas demissões não seriam assinadas pela reitora, embora



Professores, funcionários e estudantes lotam o Tuca

todo o aparato administrativo da universidade fosse utilizado para efetuar-las. Guilherme admitiu que a PUC ficará desfigurada, mas que ainda pode-se garantir a idéia de uma universidade autônoma.

Ato no Tuca

A resposta da comunidade foi imediata: a sala 333 foi pequena para abrigar a multidão de professores, funcionários e estudantes, que acabaram deslocando-se para o Tuca, realizando uma das maiores manifestações da história da universidade.

Na manhã da própria quinta-feira, APROPUC, AFAPUC e o Conselho de Centros Acadêmicos haviam realizado uma primeira reunião, que contou com cerca de 200 pessoas. À noite, no Tuca, os professores Priscilla Cornalbas e Erson Martins de Oliveira, o funcionário Anselmo Antonio da Silva e a estudante Ana Luiza Martins, representando suas entidades, compuseram a mesa do ato.

Nas páginas internas, o *PUCviva* relata os acontecimentos desta movimentada semana da universidade, além de divulgar manifestações de solidariedade aos professores e funcionários.

Total de funcionários demitidos pode chegar a 35% do quadro

Se as 114 demissões de funcionários divulgadas na sexta-feira passada forem realmente efetivadas, 413 trabalhadores administrativos terão deixado a PUC desde a posse de Maura Véras, em novembro de 2004. O número equivale a cerca de 35% do quadro que existia na universidade quando a professora assumiu a Reitoria.

Logo após a confirmação da nova lista de demissões, os funcionários reuniram-se em assembléia para discutir o caso. Lá, a categoria aprovou a reivindicação de que o Conselho Universitário peça a Maura que desautorize a DRH a efetivar as demissões. A assembléia também adotou uma orientação de que cada funcionário envie documento à DRH requisitando que seu salário não passe mais pelos bancos Bradesco ou Real, mas sim seja feito em dinheiro ou por cheque administrativo (trata-se de uma possibilidade garantida em legislação a qualquer trabalhador). Por fim, foi aprovada a realização de uma assembléia conjunta entre funcionários e professores, nesta segunda-feira, 20/2, para debater um indicativo de greve das duas categorias.

Desencontro na Reitoria

Antes da votação, o presidente da AFAPUC, Anselmo Antonio da Silva, relatou aos funcionários a evolução dos acontecimentos desde a ofi-



Funcionário se pronuncia na assembléia de 17/2

cialização da intervenção na PUC-SP. Segundo Anselmo, enquanto acontecia a reunião do Fórum Permanente no Tuca, na noite de quinta, já havia funcionários sendo comunicados sobre suas demissões. Apesar disso, no começo da manhã de sexta Maura ainda dizia desconhecer a lista – apenas o vice-reitor administrativo Flávio Saraiva confirmava estar de posse dela.

Questionado por Anselmo sobre os critérios utilizados nas demissões, Flávio disse que foram escolhidos funcionários com salários altos, aposentados ou que receberam advertências. Em alguns casos, a demissão deveu-se à terceirização de setores. O vice-reitor também disse que vai arcar com a indenização dos funcionários em licença médica que aparecem na lista. Ainda segundo o professor, não há definição sobre os casos de trabalhadores que possuem estabilidade por pertencerem à Cipa ou estarem perto da aposentadoria. Flávio alegou que a lista não foi feita pela gestão da universidade, e sim pela Fundação São Paulo – por isso as imprecisões.

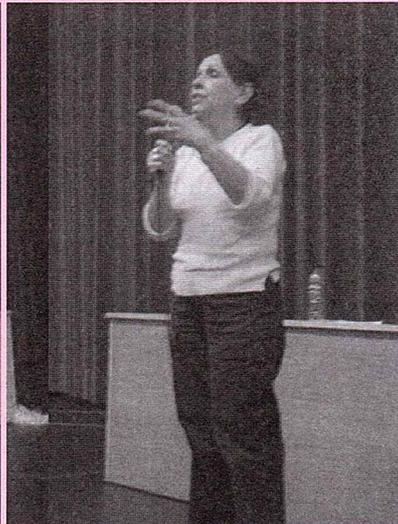
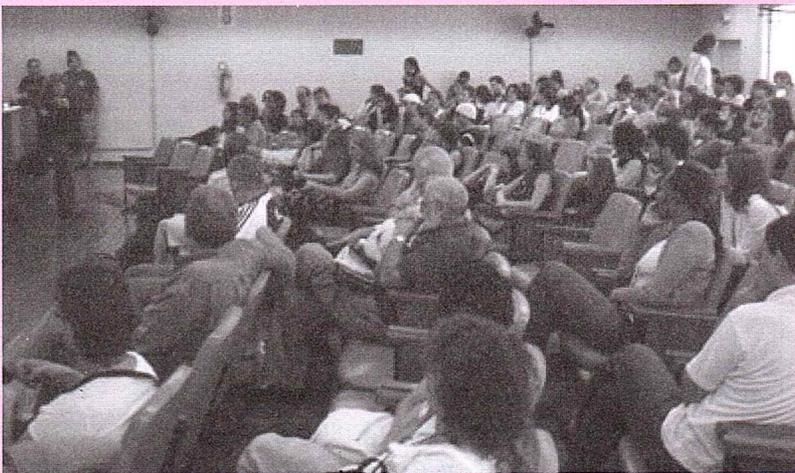
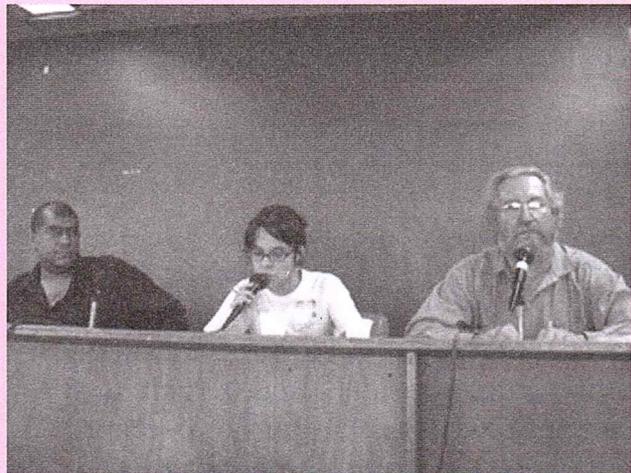
A autoria da lista também foi questionada pelo presidente da as-

sociação. “Somente alguns setores foram indicados. Os padres não conhecem a universidade”, comentou Anselmo. A Reitoria alega não ter participado da elaboração da nova lista de 114 – mas foi diretamente responsável pelo desligamento de 299 funcionários, bem antes da intervenção.

Participação da APROPUC

Priscilla Cornalbas, presidente da APROPUC, também esteve presente à assembléia dos funcionários, logo após a confirmação, pela Fundação São Paulo, da demissão de centenas de professores. “Funcionários, professores e estudantes são os que constroem o dia-a-dia da universidade. A Fundação São Paulo nunca tomou conhecimento da PUC”, comentou. Priscilla reafirmou a necessidade de repudiar com veemência a intervenção e as demissões, “porque o que está em jogo é o modelo que construímos”.

Outras falas da assembléia apontaram que o objetivo da Fundação São Paulo parece ser gradualmente substituir o quadro de funcionários da PUC por trabalhadores com salários bem menores. “Tudo isso está sendo feito apenas para zerar o déficit de R\$ 4 milhões. Mais tarde, será preciso quitar a dívida. Não devemos nos iludir, achando que tudo pára por aqui”, disse um funcionário. Pelo que se viu na assembléia, é essa a motivação que deve impulsionar a mobilização conjunta com os professores ao longo desta semana.



No alto, mesa e plenária da reunião do Fórum Permanente da manhã de quinta-feira (16/2). Logo abaixo, da esquerda para a direita: Mazé Cutinhola, do Sintusp, Eutália Guimarães, do CRESS-SP e Maria Teresa Sério, da Faculdade de Psicologia

ATO NO TUCA

PUC diz não às demissões

“Este Tuca lotado mostra que a luta tem que ser dos três setores da universidade”. Foi assim que Anselmo Antonio da Silva, presidente da AFAPUC, resumiu o sentimento de revolta contra a situação que tomou conta da universidade depois da intervenção da Igreja. Priscilla Cornalbas e Erson Martins, diretores da APROPUC, lembraram a importância de um ato como aquele, poucas vezes engrossado por parcela tão significativa da universidade – especialmente nos últimos tempos. A professora Priscilla leu o manifesto redigido pelos três setores e que, aclamado pela plenária, passou a ser o documento oficial do Fórum.

As falas de estudantes mostraram principalmente as suas inqueitações com os rumos que a qualidade de ensino da PUC deverá tomar depois que forem efetivadas as demissões de docentes e funcionários.

Numa fala emocionada, a professora Maria Teresa Sério, a Téa, defendeu que “a PUC é uma referência nacional e a professora Maura tem que defender a universidade e rasgar a lista de demissões”.

Estatização

Vários oradores defenderam a solução da estatização como alternativa ao fracasso das soluções propostas até agora pelos administradores da universidade.

Já para o representante da oposição da APEOESP, “a situação pela qual a PUC passa não é diferente da que passam os professores da rede pública”.

A representante do Sindicato dos

Trabalhadores da USP, Sintusp, divulgou nota tirada em assembléia da categoria na qual comparava a situação da PUC à da Universidade de São Paulo, que também vem sofrendo um processo de sucateamento.

Os oradores ressaltaram que o ato de quinta-feira deve ser apenas o início da reação da comunidade puquiense ao autoritarismo e aos desmandos da Fundação São Paulo e da Reitoria.

Algumas definições do Fórum de 16/2

Ao fim das falas da comunidade e também de diversas entidades externas, o Fórum da noite de quinta-feira adotou uma lista de definições. Algumas delas já haviam sido indicadas pela reunião da manhã. Seguem abaixo os principais itens aprovados:

- Resolução contra a intervenção da Fundação São Paulo e contra a lista de demissões;
- aprovação do manifesto da APROPUC e da AFAPUC, que passa a ser um documento oficial do Fórum (*leia o documento nesta edição*);
- Exigir a convocação do Consun, para que se posicione contra a interven-

ção e as demissões (*o Consun reuniu-se na tarde de sexta*);

- Convocar o Fórum assim que houver notícias sobre a lista de demissões e também para o primeiro dia de aula, 2/3;
- O Fórum torna-se um espaço permanente de defesa da universidade;
- A universidade deve cessar o pagamento da dívida com os bancos;
- As discussões devem apontar para a construção de uma assembléia geral dos três segmentos da universidade;
- Um abraço à PUC na tarde de sexta-feira, 17/2, em defesa da universidade e do próprio teatro, ameaçado pela terceirização.

Em defesa da autonomia e democracia universitárias

A intervenção da Fundação São Paulo na PUC fere a democracia e autonomia universitárias. Desrespeita as eleições para reitor e sobrepõe-se aos órgãos colegiados. A decisão de ampliar para três membros a Secretaria Executiva da Fundação São Paulo formaliza e amplia a interferência sobre a condução da universidade.

A renegociação da dívida com os bancos e a concentração dos débitos nas mãos do Real e Bradesco, ao invés de permitir um ajuste de médio prazo, precipitou a crise. A intervenção da Fundação, nesse sentido, começou desde o momento em que se renegociou a dívida e Dom Cláudio Hummes compareceu como avalista.

Impôs-se a exigência de cortes que chegassem a quatro milhões. Se a PUC anteriormente estava premida por vários bancos, a redução para dois credores tornou-a mais vulnerável ainda às exigências de um plano de demissões de professores e funcionários.

A universidade se encontra sob dupla intervenção: a dos bancos e a da Fundação.

A Reitoria elaborou um plano baseado na "maximização" do contrato de trabalho, com apoio do Conselho Universitário. Inicialmente, argumentou-se que o objetivo fundamental não era o de demitir em massa professores. Mas acabou adentrando pela mesma medida aplicada aos funcionários: cortes e demissões. A economia alcançada chegou a três milhões e cem mil. A universidade pagou com inúmeras classes fechadas, aumento da jornada trabalho e salas de aula lotadas.

Para a Fundação, a Reitoria não cumpriu seu compromisso de saneamento. Exigiu mais cortes. A Reitoria foi ao Conselho Universitário com a proposta de demissão de professores com mais de 75 anos, por meio da aposentadoria compulsória. O Consun não aprovou de imediato, colocando a decisão para outra reunião. A nova reunião do Conselho foi desmarcada. Estava configurada a intervenção total da Fundação.

Adiou-se o início das aulas para a Fundação impor novas medidas. A Reitoria expediu um comunicado afirmando que "(...) nossa mantenedora, Fundação São Paulo, ampliou a composição de sua Secretaria Executiva para três

membros e tomou para si a tarefa de realizar outros ajustes que considera necessários para atingir a meta". E conclui: "No entanto, reitero minha intenção de continuar conduzindo a PUC-SP na busca de caminhos inovadores e planejados para o futuro".

Entendemos que a Reitora aceitou a intervenção e abdicou de defender a autonomia e as eleições que a conduziram ao governo da PUC. É um grave precedente para a vida interna da PUC e para as conquistas democráticas. Conquistas que se opõem ao padrão de universidade comercial, autoritária e de baixo nível de ensino e pesquisa.

APUC acumula um histórico que a distingue do conjunto das universidades particulares, por abrigar movimentos sociais, entidades de classe, como APROPUC, AFAPUC, Centros Acadêmicos e ter seu campo aberto para as causas da população oprimida. Esse contexto permite a liberdade de cátedra, fundamental para o ensino científico. Eis por que é reconhecida nacional e internacionalmente como uma universidade vinculada a importantes momentos críticos do país.

A crise financeira abriu caminho para forças retrógradas, que poderão destruir conquistas educacionais, trabalhistas, sindicais e democráticas. É nesse sentido que vemos a intervenção da Fundação São Paulo, a reestruturação mercantil e onda de demissões.

Está colocado para os estudantes, professores e funcionários organizarem um movimento pelo fim da intervenção e por soluções educacionais e democráticas para a crise financeira. *Reivindicamos o fim imediato da intervenção da Fundação e dos bancos. Nenhuma lista de demissões e abertura de ampla discussão e deliberação em um fórum constituído para traçar saídas para a crise.*

Temos a certeza de que a força unida de todos será capaz de fazer uma campanha que extrapole os *campi* da PUC e alcance a sociedade contra o controle dos bancos e a favor de uma solução democrática.

Este manifesto foi aprovado por aclamação nas plenárias de abertura do Fórum Permanente de Mobilização no dia 16/02/2006

Manifesto dos professores de Psicologia

Os professores da Faculdade de Psicologia da PUC-SP vêm manifestar sua posição com relação às medidas que vêm sendo anunciadas, formal ou informalmente, nos últimos dias, pelos dirigentes desta universidade.

Considerando que os professores da PUC-SP foram pressionados a atender as exigências da Reitoria de alterações contratuais, tendo em vista a crise financeira da universidade, e que, com um imenso esforço coletivo, nas diversas instâncias, fizemos alterações nos cursos e nos contratos de professores de forma a atender as referidas exigências;

Considerando que já alcançamos nossos limites máximos de alterações possíveis, tendo como parâmetro manter a qualidade de ensino e o projeto pedagógico de formação das várias unidades acadêmicas;

Considerando a história de construção da PUC-SP, que a tornou uma universidade com estrutura colegiada, com processos bem estabelecidos e públicos de tomada de decisão;

Considerando que o processo histórico da PUC-SP e seus produtos deixaram marcas na universidade brasileira;

Considerando, finalmente, que a autonomia da universidade foi a base de todas as suas conquistas;

Vimos manifestar nossa total discordância em relação aos últimos acontecimentos, quais sejam: a) a clara ingerência dos dirigentes da Fundação São Paulo sobre a estrutura decisória da universidade e sobre a sua direção máxima, que acabou por limitar o âmbito de poder da Reitoria; e b) a ameaça de demissões em massa a serem efetuadas segundo critérios e decisão da Fundação São Paulo.

Tais acontecimentos com certeza colocam em risco o projeto de universidade que temos até aqui desenvolvido, trazendo graves prejuízos para a formação dos alunos, para a produção de conhecimento científico de qualidade e para a posição que a PUC-SP conquistou no seio da sociedade brasileira.

Os professores da Faculdade de Psicologia esperam e cobram da Reitoria, legitimamente eleita, que não se intimide e defenda as conquistas democráticas da universidade. Não podemos aceitar que, em nome de uma suposta solução da crise financeira da universidade, se desfigure sua história, se destrua seu projeto e se inviabilize seu futuro como uma universidade cidadã, com espírito público e de qualidade.

Professores da Faculdade de Psicologia

Moção de solidariedade do Andes - SN

O ANDES - SN, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, vem manifestar publicamente sua solidariedade aos docentes da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, vítimas do programa de saneamento financeiro exigido pelos bancos credores. A Reitoria responsabilizou os docentes pelos gastos com a folha de pagamento, expressando assim sua compreensão dos direitos trabalhistas e da importância do fazer acadêmico. O sacrifício do corpo docente não se restringe à suspensão de salários e demissões, mas envolve revisão de contratos, com diminuição de carga horária e retirada de conquistas históricas da categoria, na lógica da reforma trabalhista e sindical já assumida pelo governo.

A diretoria da APROPUC tentou resolver o problema buscando todas as formas que pudessem fazer frente à situação. A Reitoria, contudo, fez prevalecer o seu poder patronal, sem levar em consideração a comunidade universitária. O ANDES-SN, além de manifestar irrestrito apoio à luta dos companheiros, exige o fim das demissões, a readmissão de todos e o fim da punição dos docentes que ajudaram a construir o prestígio da instituição e soma-se ao conjunto das entidades que se posicionam pela liberdade de organização na defesa da educação universitária de caráter público e de qualidade.

Maria Inês Corrêa Marques
3.^a Vice-Presidente do Andes-SN

Manifesto de repúdio à verticalização das decisões

Frente aos últimos acontecimentos, vimos nos manifestar contra os tristes fatos que sucedem nesta universidade.

O ensino superior, desde a década de 90, vem sofrendo um sucateamento com a abertura de muitas universidades mercantilistas, que visam a formação tecnicista, alvejando unicamente o lucro, em detrimento da qualidade de ensino, estando cada vez mais distante do nosso ideal de universidade pública de todos.

A PUC-SP sempre se mostrou na contramão deste movimento. No entanto, nos últimos anos, políticas que pretendiam sanear a crise financeira (de origem obscura) abriram espaço para o capital privado, e aos poucos a PUC-SP foi perdendo sua autonomia.

Apesar de sermos uma Pontifícia, conquistamos uma independência relativamente grande frente à Igreja. Hoje, nos deparamos com uma intervenção

progressiva desta e, conseqüentemente, uma verticalização das decisões.

É, definitivamente, a morte da democracia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que já há muito vem sendo ameaçada. As tomadas de decisões estão sendo autoritárias e arbitrárias, desrespeitando professores, funcionários e estudantes, que não têm acesso aos critérios de demissões e às medidas administrativas, deixando limitadas as nossas condições de participação ativa nos rumos da universidade.

Nós, estudantes de Psicologia, reivindicamos o estabelecimento da real democracia nesta instituição, com a atuação direta dos três setores nas deliberações acadêmicas e administrativas.

Pela qualidade de ensino e manutenção de professores e funcionários.

Estudantes de Psicologia

UNE critica intervenção na PUC-SP

A União Nacional dos Estudantes publicou em seu site (www.une.org.br) extensa reportagem sobre o momento crítico que vive a PUC-SP. Na matéria, o presidente da entidade, Gustavo Petta, coloca-se “contra qualquer tipo de intervenção” e chega a afirmar que “a UNE vai lutar para que não haja prejuízo aos estudantes”. Gustavo garante que a entidade que preside “vai participar ativamente das iniciativas para impedir essa intervenção”.

A UEE-SP também mandou moção de apoio aos professores e funcionários declarando seu repúdio veemente a qualquer forma de intervenção que prejudique as conquistas democráticas da universidade, ferindo sua autonomia ou buscando soluções anti-sociais para a crise.

Apoio também chega de Mogi das Cruzes

A APROPUC recebeu na semana passada o seguinte comunicado:

“A ADUMC (Associação dos Docentes da Universidade da Mogi das Cruzes) manifesta o seu integral apoio a essa associação, contra o processo de demissão de professores, e entende que o encaminhamento de propostas que apontam para a solução da crise que atravessa essa tradicional instituição de ensino deve, necessariamente, contar com a participação de todos os segmentos que historicamente contribuíram para que a PUC-SP mantivesse, até hoje, seu nível de excelência no cenário da educação nacional”.

Prof. Marco Antonio Porto Alvarenga
Presidente da ADUMC

As entidades listadas abaixo compareceram às reuniões do Fórum Permanente na quinta-feira, 16/2, e manifestaram solidariedade à comunidade puquiiana nesse momento de intervenção da Igreja:

Cress-SP (Conselho Regional de Serviço Social), Abepss (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), PCdoB, Sintusp, UEE-SP, AGB-SP (Associação de Geógrafos Brasileiros), Enecos (Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social), Juventude do PSOL, UNE, Conlute (Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes), DCE-Livre da USP, CA de Letras da USP, Juventude do PSTU, CA XXIII de Abril (Fatec-SP), Oposição Alternativa (Apeoesp), Conlutas, UJS (União da Juventude Socialista), MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade), Liga Estratégia Revolucionária.

O chavão e a distorção

Cláudio Gonçalves Couto

No *PUCviva* n.º 560, teceram-se invectivas contra duas mensagens que circularam na Internet, uma minha, outra do professor Carlos Eduardo Carvalho, do Departamento de Economia, que ainda foi alvo de nova investida de macarthismo pseudoprogressista (outra ocorreu ano passado), por meio duma moção de repúdio aprovada contra ele em mais uma concorridíssima [sic] assembléia de nossa [sic] associação. O motivo da moção? A oposição do professor Carlos às diretrizes defendidas pela vanguarda [sic] revolucionária [sic] que dirige [sic] nossa [sic] associação. Desculpem pelos soluços, mas são inevitáveis.

Diz o professor Erson Martins, em mais um de seus delirantes textos (grifos meus): *“Os opositores da APROPUC e defensores do plano da Reitoria – por isso não são vozes independentes – espalham pela Internet que seríamos imobilistas e defensores de professores que não trabalham”*. De fato, foi dito que a APROPUC, ao ser contra todo e qualquer tipo de demissão, defende os que não trabalham. É algo difícil de negar, afinal, se não se deve demitir ninguém, também não se deve demitir os que não trabalham.

Há porém um *non sequitur*: defender que demissões sejam feitas é defender uma medida da Reitoria, mas isto não implica não ter independência. Para o autor, apenas são independentes os que defendem os seus pontos de vista. Estranha lógica, pois afirma não ser independente quem defende a idéia *x*, porque *x* coincide com a idéia de outrem. “Logo”, se eu concordo com o Parreira, que o Ronaldinho deve jogar na Seleção, então não sou independente do Parreira. Ora, tenha-se paciência!

Há mais problemas de veracidade e lógica: *“O que seria ser mobilista para tais adversários? Seria a APROPUC se alinhar à diretriz das demissões e da destruição de nosso contrato de trabalho. E mais ainda: concordar com a farsa da avaliação que justifica a lista de demissões e fazer coro com a pecha lançada sobre os demitidos de que não trabalham”*. (1) Não há indicações de que o contrato de trabalho esteja sendo destruído. A “maximização da 65/78” opera dentro dos parâmetros definidos pelo atual contrato, apontando para a exigência de que os contratos sejam de fato cumpridos pelos dois lados, pois nos casos dos que dão suas aulas e vão embora – não pesquisando, não

orientando, não participando de reuniões etc. – não há cumprimento de contrato.

(2) Se a avaliação é uma farsa, não temos instrumento melhor graças à longa resistência a que instrumentos de avaliação sejam implementados. Qualquer tentativa de avaliação se desqualifica como “ruim”, “complicada”, “difícil”, “complexa” etc, para nada se fazer, ninguém se avaliar. A APROPUC nunca contribuiu para que uma avaliação de verdade ocorresse – pelo contrário. Quando chegamos a este momento, contemplamos o abismo e precisamos agir, lançando mão do viável, pois o ideal não está disponível.

(3) Defender a demissão dos que não trabalham (ou trabalham mal) não implica dizer que todos os demitidos não trabalhem. A teoria dos conjuntos ajudaria: há ineptos entre os demitidos, mas nem todos os demitidos são ineptos. É provável que haja injustiças entre as demissões, ou que haja demissões lastimáveis, embora inevitáveis. Isto não implica que demissões não sejam necessárias.

A APROPUC constrói caricaturas da realidade, porém as apresenta como suas representações fiéis, fabricando um Judas que possa surrar. O espantoso atende pelo nome de “mercantilização” da PUC-SP. Afirma-se que o ajuste visa transformar-nos numa instituição empresarial, aos moldes das universidades [sic] caça-níqueis. Como se fosse possível equiparar a necessidade que temos, de uma instituição financeiramente sustentável, com sua transformação numa empresa que visa lucro.

Se quiser sobreviver, a PUC-SP não pode ser uma instituição deficitária. Isto não quer dizer que não possamos (e devamos) ter cursos ou unidades deficitários. Como somos uma universidade, é fundamental que produzamos conhecimento e formemos gente em diversas áreas do saber; por isso áreas de maiores resultados operacionais devem subsidiar as menos rentáveis. Isto não implica financiar desperdícios, esbanjamentos ou privilégios. É necessário racionalizar setores, cortar excessos, abolir privilégios, avaliar e, sim, quando necessário, demitir. Para manter boas condições de trabalho devemos tratar a todos com equidade: é injusto tratar igualmente os que se dedicam desigualmente à PUC. Não se trata só de justiça, mas de escassez – fato inescapável. É necessário realismo para darmos conta de nossos compromissos – inclusive com os bancos. Caso contrário, as conseqüências serão funestas, a des-

peito de nossa vontade.

Defender a estatização é, no mínimo, ingenuidade – no limite, arrivismo. Após anos de gestão temerária entregaremos nossas contas ao contribuinte?! Somos responsáveis por decisões passadas, que comprometem-nos a todos como instituição. Quem em sã consciência crê que hoje o Estado encampará instituições educacionais com dificuldades financeiras? O tempo de construção das UNESPs passou e não voltará tão cedo. Portanto, a solução de nossos problemas está conosco.

Não poderia terminar sem apontar um maniqueísmo. A nota macarthista contra o professor Carlos Eduardo diz: *“O fato é que existem duas posições: aqueles que defendem as demissões, aumento da carga de trabalho e desfiguração do contrato de trabalho e aqueles que resistem a essa via”*. Para a direção da APROPUC existem dois lados: o bem e o mal; eles são o bem, os outros são o mal. Seria engraçado, não fosse autoritarismo e intolerância. Tal maniqueísmo interdita o debate, estigmatiza opositores – transformados em inimigos, não em adversários – e, mais uma vez, distorce fatos e idéias alheias. É uma direção que, definitivamente, não está à altura da universidade que é a PUC-SP.

Cláudio Gonçalves Couto é professor do Departamento de Política e do Pós-Graduação em Ciências Sociais

Nota da APROPUC: *Publicamos o texto de Cláudio Couto sem que tivéssemos a obrigação de fazê-lo. Não citamos seu nome em nenhum dos artigos. Sempre tivemos abertas as páginas do PUCviva a toda polêmica, sendo o professor associado ou não. E temos as assembléias para as discussões, voltadas a encaminhamentos práticos. O Sr. Couto alega que tecemos invectivas contra mensagens trocadas com o professor Carlos Eduardo. Ocorre que tais mensagens constituem “invectivas” contra a APROPUC. Fizemos nossa justa defesa e entramos no mérito de suas posições favoráveis às demissões em massa de professores e funcionários. É inaceitável que se divulgue pela Internet que “a ‘preservação’ do trabalho, nos termos da APROPUC, é de fato a preservação do direito de muitos ‘colegas’ de ganhar sem trabalhar, ou de ganhar ‘trabalhando’ pouco e mal”. Essa formulação foi rejeitada e repudiada pela assembléia. Não há nada de macarthismo nisso. Trata-se de uma legítima resposta a tal afirmação incorreta. A polêmica e as divergências ajudam a avançar o movimento social quando colocadas no seio de sua própria democracia. Mas o Sr. Couto está pela destruição da APROPUC e tece aliança para alcançar esse objetivo.*

Rola na rampa

Xerox, Audiovisual e Protocolo são terceirizados

Novos trabalhadores vestidos com uniforme verde causaram estranheza àqueles que passaram pelo Xerox durante a semana passada. O mesmo quadro se repetiu no setor do Audiovisual e Protocolo da universidade. É que, mais uma vez sem nenhuma notificação à comunidade, a Reitoria da PUC-SP decidiu terceirizar os serviços desses três setores, deixando-os a cargo da Paulista, empresa conhecida pela monopolização dos serviços de limpeza dentro do câmpus. Reinaldo Fondello, Coordenador da Divisão de Serviços Administrativos e Suprimentos (DSAS), chegou a afirmar no começo da semana que essa reestruturação não ocasionaria demissões. Segundo ele, alguns funcionários serão alocados em outros setores que iniciaram o ano desfalcados pelas aderências ao Programa de Demissão Voluntária. No Xerox, é possível que existam, inicialmente, certas dificuldades de aprendizado para os novos funcio-

nários, mas Reinaldo diz que isso não será problema, pois a sistemática dos aparelhos utilizados hoje é muito mais simples por ser toda digitalizada. Durante toda a semana passada, pairou sobre os antigos funcionários desses setores a dúvida sobre como seriam reagrupados, ou para que setores seriam direcionados com a reestruturação. O receio de muitos deles, que trabalham em nível um, é que sejam transferidos para outros setores de nível dois, três ou quatro (cada nível executa um tipo de função e possui um tipo de remuneração; os maiores níveis possuem maior remuneração), mas recebendo o mesmo salário de hoje. Situações como essa ocorreram com outros funcionários que foram remanejados anteriormente. Apesar da declaração de Reinaldo, a lista de demissões de funcionários divulgada pela Reitoria na manhã de sexta-feira continha os nomes de vários trabalhadores desses setores.

Reitoria com pressa para criar cursos em Barueri

"Temos que correr", comentou ao Cepe a vice-reitora acadêmica Bader Sawaia, ressaltando que o prazo para criar cursos de graduação no novo câmpus Barueri está se esgotando. A Licenciatura em Educação Física está em fase final de tramitação (veja nota abaixo), e agora os trabalhos devem se concentrar nos cursos de tecnologia superior (graduação de curta duração – dois ou três anos), em áreas como games e ges-

tão de negócios, entre outras. A intenção é estreitar a nova modalidade também no segundo semestre. Para 2007, estuda-se a criação de cursos de Fisioterapia, Comércio Exterior e Gerontologia, além de cursos de tecnologia superior em Sorocabá, em áreas relacionadas à saúde. Alguns cursos de especialização da Cogear e o cursinho pré-vestibular da Pastoral Universitária (Foco) também serão instalados em Barueri a partir de agosto.

Cepe aprova graduação em Educação Física

O novo curso de Licenciatura em Educação Física da PUC-SP deve começar a funcionar no segundo semestre deste ano, inaugurando o câmpus Barueri, cujas obras já estão praticamente concluídas. Serão 50 vagas no período matutino e outras 50 no noturno. A criação do curso foi aprovada pelo Conselho de Ensino e Pesquisa em 15/2, e agora segue para avaliação dos demais conselhos superiores e do Ministério da Educação. A forma como a proposta de criação foi encaminhada ao Cepe causou certa discórdia, já

que a versão definitiva do projeto só foi entregue ao conselho na noite anterior à reunião. Assim, o parecer favorável da professora Lila Pupo baseou-se em uma versão provisória da proposta, entregue anteriormente, e que, segundo a própria parecerista, continha algumas imprecisões. Lila também afirmou que Consultec não teve tempo para analisar a proposta detalhadamente. Ainda assim, os conselheiros resolveram aprovar a criação do novo curso, requisitando alguns ajustes na proposta.

Professores falam sobre a Guerra Civil Espanhola

No dia 13/03, o Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária) realiza na PUC uma grande conversação sobre a Guerra Civil Espanhola – momentos de invenções, confrontos e reviravoltas

anarquistas. O evento reunirá os professores e expoentes do anarquismo no Brasil Eduardo Valladares, Edson Passetti, Margareth Rago e Nildo Avelino, no Pátio do Museu da Cultura, às 19h.